

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.827.918 - SP (2019/0208346-6)**

**RELATORA** : **MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**  
**RECORRENTE** : EDVALDO SAJIORO  
**ADVOGADOS** : OTTO WILLY GÜBEL JÚNIOR - SP172947  
CAMILA DE CASSIA FACIO SERRANO E OUTRO(S) - SP329487  
CAROLINA FAZZINI FIGUEIREDO - SP343687  
MICHEL DONIZETE MALAQUIAS DE LIMA - SP345561  
VICTÓRIA MENNA BARRETO OLIVEIRA - SP360499  
**RECORRIDO** : BANCO DO BRASIL SA  
**ADVOGADOS** : PAULO ROBERTO JOAQUIM DOS REIS E OUTRO(S) - SP023134  
ANDRÉA GIOVANA PIOTTO - SP183530  
DANIEL DE SOUZA - SP150587  
MARIA ELISA PERRONE DOS REIS TOLER - SP178060  
LARISSA CRISTINA FERREIRA MESSIAS - SP289357  
JOSE GUILHERME SILVEIRA PASCHOAL - SP280305  
VIVIAN NICODEMOS AUGUSTO - SP259511  
LUCIANA SCARMATO JORGE - SP182002  
KLEBER FARIA SECATTO - SP279711  
CLICIA DO NASCIMENTO VECCHINI - SP304688

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto contra acórdão prolatado pelo Tribunal de Justiça do Estado do São Paulo, assim ementado (e-STJ fl. 112):

CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. IMPUGNAÇÃO. CÁLCULO. EXCESSO.

1. Apesar de o recorrente não ter esclarecido o excesso informado, tendo em vista o cálculo lacônico do banco, houve determinação de realização de cálculo pela contadoria.
2. O alegado excesso não se verificou, de acordo com a contadoria desta Corte. Impugnação que devia mesmo ser rejeitada.
3. Recurso não provido.

Os embargos declaratórios opostos foram rejeitados.

Nas razões do especial, aponta o recorrente violação dos arts. 9º, 10, 489, § 1º, II, e 1.022 do Código de Processo Civil, assim como divergência jurisprudencial, sob o argumento de que houve negativa de prestação jurisdicional. Alega que "a ausência de intimação do Recorrente para manifestar-se sobre os cálculos juntados importa na nulidade

da decisão recorrida” (fl. 141, e-STJ). Sustenta também cerceamento de sua defesa na hipótese dos autos. Argumenta que a legislação processual veda expressamente a chamada “decisão surpresa.” Requer a atribuição de efeito suspensivo ao presente recurso especial, nos termos do artigo 1029, § 5º, do Código de Processo Civil.

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

Anoto, preliminarmente, que a questão federal foi decidida de modo suficiente, motivo pelo qual rejeito a alegação de ofensa aos arts. 489 e 1.022 do Código de Processo Civil de 2015.

O Colegiado estadual enfrentou coerentemente as questões postas a julgamento, no que foi pertinente e necessário, exibindo fundamentação clara e nítida, razão pela qual não merece reparo algum. O pronunciamento acerca dos fatos controvertidos, a que está o magistrado obrigado, encontra-se objetivamente fixado nas razões do acórdão recorrido.

Com efeito, o Tribunal de origem deixou consignado o seguinte (fl. 113, e-STJ):

O acórdão transitou em julgado em 17.9.2013 (fls. 38). Com isso, o exequente apresentou planilha de cálculo, para cumprimento do julgado (fls. 39/45). Em 31 de janeiro de 2017, segundo essa planilha, a dívida era de R\$ 432.511,85 (fls. 43).

Contra essa planilha, o executado opôs impugnação, aduzindo excesso e necessidade de perícia contábil para averiguação desse fato (fls. 63/66).

Embora a impugnação seja genérica e o executado não tenha apresentado valor do débito, conforme determina o art. 525, § 4º, do CPC, a planilha apresentada pelo exequente não se mostra clara, impedindo verificação, de pronto, de sua regularidade e observância aos termos do aresto transitado em julgado.

Em análise perfunctória e sem os rigores do profissional contábil, há aparente capitalização, o que foi expressamente afastado no acórdão copiado às fls. 26/29.

Bem por isso, houve determinação de remessa dos autos à contadoria desta Corte.

Por certo, a contadoria poderia estabelecer, com maior precisão, eventual existência de excesso.

Efetuados os cálculos (fls. 100/107), não se verificou nenhum excesso. Bem por isso, o presente recurso não merece provimento.

Nesse sentido, no caso dos autos, o Tribunal local concluiu que o alegado excesso não se verificou, de acordo com a contadoria desse Tribunal (e-STJ, fl. 709). Nesse sentido, verifico que afastar esse entendimento, no presente caso, demandaria nova investigação acerca dos fatos e provas contidos no processo, de modo que o recurso especial esbarra na Súmula n. 7 do STJ.

Além disso, o Tribunal estadual consignou que não há que se falar em cerceamento de defesa, pois houve a realização de prova técnica isenta, de modo que existiam, nos autos, os elementos necessários para que fossem apreciados os argumentos desenvolvidos no processo, assim o reexame da questão esbarra no óbice de que trata o verbete n. 7 da Súmula desta Casa. Assim:

ADMINISTRATIVO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL RECEBIDOS COMO AGRAVO INTERNO. MULTA AMBIENTAL. REALIZAÇÃO DE PROVA PERICIAL INDEFERIDA EM PRIMEIRO GRAU. COMPROVAÇÃO DE SUA NECESSIDADE. SÚMULA 7/STJ.

1. Reexaminar a alegação de cerceamento de defesa, pautada na necessidade da realização da prova pericial, demanda a incursão na seara fática dos autos - óbice da Súmula 7/STJ -, uma vez que o acórdão recorrido afastou tal pedido em observância aos demais elementos de convicção neles carreados. Entendimento, de igual modo, aplicável ao recurso interposto com base na divergência jurisprudencial.

2. Embargos de declaração recebidos como agravo interno, a que se nega provimento.

(EDcl no REsp 1.330.856/SP, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 3/8/2017, DJe 9/8/2017)

5. Recurso Especial não provido.

(REsp 1.651.622/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 28.3.2017, DJe 18.4.2017.)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CERCEAMENTO DE DEFESA NÃO VERIFICADO. REAVALIAÇÃO DO CONJUNTO

FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. INADMISSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 7/STJ. PLANO DE SAÚDE. INTERNAÇÃO DOMICILIAR. CLÁUSULA OBSTATIVA. ABUSIVIDADE. DECISÃO MANTIDA.

1. "No sistema da persuasão racional, adotado pela legislação processual civil (artigos 130 e 131, CPC/1973 e 371, CPC/2015), o magistrado é livre para examinar o conjunto fático-probatório produzido nos autos para formar sua convicção, desde que indique de forma fundamentada os elementos de seu convencimento" (AgInt no AgRg no AREsp 717.723/SP, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 22/3/2018, DJe 2/4/2018).

2. O recurso especial não comporta exame de questões que impliquem incursão no contexto fático-probatório dos autos, a teor do que dispõe a Súmula n. 7 do STJ.

3. No caso concreto, o Tribunal de origem concluiu ser desnecessária a produção de prova pericial. Alterar esse entendimento demandaria reexame de elementos de fato do processo, vedado em recurso especial.

4. (...).

5. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1287403/SP, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 18/10/2018, DJe 26/10/2018.)

Ademais, não se configurou ofensa ao art. 10 do Código de Processo Civil, isso porque a aplicação do princípio da não surpresa não impõe ao julgador que informe previamente às partes quais os dispositivos legais passíveis de aplicação para o exame da causa. O conhecimento geral da lei é presunção *jure et de jure*.

Nessa direção:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PRINCÍPIO DA NÃO SURPRESA. ART. 10 DO CPC/15. FUNDAMENTO LEGAL. DEVER DO JUIZ EM SE MANIFESTAR. FUNDAMENTO JURÍDICO. CIRCUNSTÂNCIA DE FATO QUALIFICADA PELO DIREITO. INTIMAÇÃO DAS PARTES. PRECEDENTE. PRAZO RECURSAL. 15 DIAS ÚTEIS. INTERPOSIÇÃO POSTERIOR. INTEMPESTIVIDADE

CONFIGURADA. DECISÃO MANTIDA.

1. "O 'fundamento' ao qual se refere o art. 10 do CPC/2015 é o fundamento jurídico - circunstância de fato qualificada pelo direito, em que se baseia a pretensão ou a defesa, ou que possa ter influência no julgamento, mesmo que superveniente ao ajuizamento da ação - não se confundindo com o fundamento legal (dispositivo de lei regente da matéria). A aplicação do princípio da não surpresa não impõe, portanto, ao julgador que informe previamente às partes quais os dispositivos legais passíveis de aplicação para o exame da causa. O conhecimento geral da lei é presunção jure et de jure". - EDcl no REsp 1.280.825/RJ, Rel. Ministra Maria Isabel Gallotti, 4ª Turma, julgado em 27/06/2017, DJe 01/08/2017.

2. Verificada a intempestividade do recurso, deve ser não conhecido, independente de intimação da parte para se manifestar a respeito, inexistindo afronta ao art. 10 do CPC/15.

3. Iniciado o prazo recursal de 15 dias úteis em 23/SET/2016, o termo final foi 14/OUT/2016, sendo, portanto, intempestivo o recurso apresentado em 19/OUT/2016.

4. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1044597/MS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 7/11/2017, DJe 14/11/2017.)

Dessa forma, não há que se falar em decisão surpresa, visto que não houve contrariedade ao princípio do contraditório, uma vez que o executado opôs impugnação, alegando excesso e necessidade de perícia contábil para averiguação desse fato. Houve remessa dos autos à contadoria da Corte local, a qual poderia estabelecer, com maior precisão, eventual existência de excesso. Os cálculos foram efetuados, e o Tribunal estadual entendeu que não houve nenhum excesso.

Em face do exposto, nego provimento ao recurso especial.

Fica prejudicado o pedido de efeito suspensivo ao recurso especial.

Por fim, deixo de majorar os honorários nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, visto que o recurso especial foi interposto nos autos de agravo de instrumento que ataca decisão interlocutória.

Intimem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 25 de novembro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI

Relatora